Bolsas
Na segunda-feira
0,8% São Paulo
0,12% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
104.384 — 104.700
1º/3 2/3 3/3 6/3

Dólar
Na segunda-feira
R$ 5,169
(- 0,58%)

Últimos	
28/fevereiro	5,225
1º/março	5,191
2/março	5,204
3/março	5,200

Salário mínimo
R$ 1.302

Euro
Comercial, venda na segunda-feira
R$ 5,519

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53

CRÉDITO

Desenrola renegociará R$ 50 bi de endividados

Programa contará com um fundo garantidor do Tesouro Nacional de R$ 10 bilhões, para bancar eventual inadimplência

» RAFAELA GONÇALVES

Após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que o programa de renegociação de dívidas Desenrola passou para a fase de desenvolvimento do sistema, que deve ter um aplicativo, e será lançado em breve. "Nós validamos com o presidente o desenho do projeto Desenrola, que é um projeto importante, e ele autorizou a contratação do desenvolvimento do sistema. É um sistema complexo, porque envolve credores privados, e os credores vão entrar no programa pelo tamanho do desconto que dispuserem a dar para os devedores", disse o ministro.

O intuito é renegociar débitos de até R$ 5 mil de pessoas com renda de até 2 salários mínimos, incluindo beneficiários do Bolsa Família. O valor estimado das dívidas soma R$ 50 bilhões, envolvendo cerca de 37 milhões de CPFs que, hoje, estão negativados.

Segundo o ministro, a iniciativa contará com um fundo garantidor do Tesouro Nacional de R$ 10 bilhões, para assegurar eventual inadimplência que venha a acontecer com esses refinanciamentos. "Para esse público (que ganha até dois salários mínimos), haverá aportes do Tesouro Nacional para que os descontos sejam bem relevantes", antecipou o ministro.

O Desenrola está sendo desenvolvido pelo secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, e engloba uma promessa de campanha de Lula, que, na corrida pelo Palácio do Planalto, se mostrou preocupado com o nível de endividamento das famílias. O governo nega que a iniciativa seja a mesma do então candidato Ciro Gomes (PDT), o primeiro presidenciável a propôr ajuda para os brasileiros endividados.

De acordo com o Serasa, a maior parte das dívidas negativadas do país (66,3%) não foi contraída com bancos, e sim, com varejistas e companhias de água, gás e telefonia. A expectativa é que o governo promova grandes leilões divididos por setores. As empresas que derem os maiores descontos nas renegociações estarão aptas a participar do programa.

O ministro informou ainda que o Desenrola deve ser criado por meio de Medida Provisória (MP), para que o governo possa, legalmente, intermediar negociações entre inadimplentes e empresas. Haddad só não deu previsão de quando os brasileiros endividados poderão renegociar suas dívidas em condições especiais. "O presidente não quer lançar o programa antes de uma previsão de quando o sistema ficará pronto", explicou.

"Vamos nos lembrar de que não é um crédito público ou uma dívida com o poder público, é uma dívida privada, com um banco, com uma concessionária, uma instituição financeira. Então, temos que modelar o sistema para que quanto maior seja o desconto, mais chances o credor tenha de receber o débito que vai ser honrado pelo devedor", acrescentou o ministro.

Âncora fiscal

O ministro da Fazenda informou que a pasta fechou o desenho do novo arcabouço fiscal, regra que deve substituir o teto de gastos — mecanismo que limita o crescimento das despesas públicas. O programa, agora, será discutido com a equipe econômica, antes de ser encaminhado ao presidente Lula.

A minuta deve ser apresentada aos ministros Geraldo Alckmin (Indústria e Comércio Exterior), Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e Esther Dweck (Gestão) ainda nesta semana, para discussão e revisão dos principais aspectos. "Fechamos o desenho do arcabouço fiscal internamente e, agora, eu vou tratar disso com a área econômica antes de apresentá-lo, porque não pode ser uma proposta apenas da Fazenda", disse o ministro.

Haddad disse ainda ainda que a nova âncora fiscal deve ser apresentada por meio de um projeto de lei complementar. "Será uma proposta da sociedade, porque vai envolver uma lei complementar a ser aprovada pelo Congresso Nacional", declarou o ministro, que tem como meta apresentar da nova regra fiscal até o fim deste mês, para abrir espaço para debates antes do envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ao Congresso.

Joédson Alves/Agência Brasil



Fernando Haddad (D) garantiu que o Desenrola terá descontos "relevantes" para quem renegociar dívidas

37 MILHÕES
de CPFs de pessoas que ganham até 2 salários mínimos estão negativados

Descontos para negativados

» O programa será destinado a quem tem dívidas de até R$ 5 mil e renda de até 2 salários mínimos

» Inclui beneficiários do Bolsa Família

» Público estimado: 37 milhões de brasileiros negativados

» De acordo com o Serasa, a maior parte das dívidas (66,3%) não é com bancos, e sim, com varejistas e companhias de água, gás e telefonia

» As dívidas terão desconto e poderão ser refinanciadas em até 60 meses

» O governo fará leilões por setores. As empresas que derem os maiores descontos para quitação de dívidas estarão aptas a participar do programa

» Por meio de fundo garantidor de R$ 10 bilhões, o Tesouro vai bancar eventuais inadimplências

» A União vai garantir o valor principal da dívida e os bancos vão arcar com o risco dos juros

» O limite das taxas de juros ainda está em negociação



RAUL VELLOSO

PARA TENTAR CUMPRIR O TETO QUE PRATICAMENTE NÃO FUNCIONOU, HÁ MUITO OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM INFRAESTRUTURA ESTÃO EM QUEDA, DEIXANDO O PAÍS SEM CONDIÇÕES DE CRESCER ECONOMICAMENTE. ESTUDOS ATESTAM QUE A DESIGUALDADE DE RENDA PIORA COM A REDUÇÃO DESSES INVESTIMENTOS

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Quão otimistas no momento atual

Diante dos supostos (e principais) problemas macroeconômicos existentes, dá para se animar com a possibilidade do seu equacionamento em prazo não tão longo? O problema macroeconômico central que se alega, no momento, é que inexistiria uma âncora fiscal (ou proteção formal) crível no país contra subidas exageradas da dívida pública, em substituição ao falecido teto de gastos, regra constitucional falida sob a qual o gasto público total não poderia subir mais que a inflação anual.

Fiquemos atentos ao fato de que, na verdade, regras simplórias — tipo teto de gastos — não têm como funcionar quando a estrutura do gasto público é tão rígida como a nossa, e, além disso, dominada principalmente por um item difícil de se lidar, como previdência, com o peso de 52% do total, na União, e, subsidiariamente, por um segundo e relevante componente, exatamente o de assistência social (com 16% do total), a nova prioridade governamental número um. Juntos, os dois representaram quase 70% do total em 2021.

Dito de outra forma, o problema é o elevado percentual abocanhado pelos chamados gastos obrigatórios, aqueles previstos em legislação muito difícil de alterar, embora o gasto em assistência social tenha sido sempre classificado pela burocracia pública como discricionário, algo que, em tese, facilitaria seu ajustamento para baixo. Só que, como acabo de dizer, esse gasto virou a prioridade um do atual governo Lula, derivando-se daí sua atual alta rigidez.

Cabe salientar ainda que, como parte central dos esforços para tentar cumprir o teto que praticamente não funcionou, há muito os investimentos públicos em infraestrutura estão em queda e, portanto, deixando o país sem condições de crescer economicamente. Estudos acreditados do Banco Mundial atestam, também, que a desigualdade de renda piora com a redução desses investimentos.

Por último, fica a dúvida: como por em prática a nova prioridade governamental máxima, a assistência social, sem deteriorar ainda mais a situação fiscal? Pasmem, contudo, que esse problema pode até já ter uma solução jurídica razoavelmente encaminhada, a que foi criada no plano mais alto pelo parágrafo 1º do artigo 9º da Emenda 103/19, com a força que está implícita nesse tipo de ato, que manda simplesmente que se equacione o problema previdenciário de todos os entes públicos (ou que se zerem os déficits atuariais existentes). Vale dizer: caberia só executá-la.

Só que, tratando-se do que se trata, isso é algo que tende a ser executado por meio de um ritual bastante complicado, especialmente por exigir bastante tempo e disposição política para ser implementado, nos quatro anos dos atuais mandatos da União e dos Estados, juntamente com metade disso para os municípios, embora tal ritual seja razoavelmente conhecido. Sem falar na dificuldade de convencer os mercados financeiros que tal saída se constituiria, de fato, em uma verdadeira âncora fiscal.

Adicionalmente, deve-se ponderar que, no caso da União, é grande a preponderância do déficit do Regime Geral (ou seja, do INSS), onde se pode reduzi-lo, mas não, rigorosamente falando, pelo menos no momento, equacioná-lo integralmente. Nesse caso, para abrir espaço orçamentário já se fez uma importante reforma de regras em 2019 (veja-se a Emenda 103 antes citada) e um grande esforço de combate a fraudes. Sem falar que é preciso estar sempre examinando com atenção a validade dos subsídios e incentivos fiscais entranhados na despesa do INSS, como no caso das aposentadorias rurais, do MEI (Microempreendedor Individual) e do Sistema Simples. À parte isso, há, sem dúvida, o déficit de menor dimensão do Regime Próprio dos servidores federais por equacionar, a exemplo do que se precisa avançar no caso dos demais entes, onde o exemplo que é dado pelo esforço de ajuste a cargo da União não é tão relevante como poderia ser. A União, aliás, que encabeça mais de 300 unidades gestoras de previdência, sequer conseguiu criar até agora uma unidade gestora única, conforme previsto em projeto de lei enviado ao Congresso em 2021. Ou seja, cabe atuar mais nessa área.

Isso abrirá maior espaço orçamentário em todos os entes para não apenas investir mais em infraestrutura, como gastar mais e melhor na área de assistência social, conforme tem prometido insistentemente o novo ministro da área, Wellington Dias.

O ministério de Dias tem amplo escopo de atuação: além de ser o gestor macro de um amplo sistema de assistência social executado por estados, municípios e entidades filantrópicas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), é responsável pelas duas maiores políticas de transferência de renda do Brasil fora a previdência rural, que são o Bolsa Família e o BPC/Loas; além de políticas ativas de redução da fome e da pobreza, como é o caso da inclusão socioeconômica e o auxílio-inclusão. Essas políticas deveriam não apenas estar integradas entre si, como também integradas com outras políticas sociais como as de trabalho, previdência, educação e saúde.